



*Tribunal de Contas do Estado do Acre*

**ACÓRDÃO N° 2.975**

**NATUREZA DO FEITO:** Processo n.º 13.789.2001-69-TCE (C/02 anexos).  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Acrelândia-AC, exercício de 2000.  
**RESPONSÁVEL:** Senhor Paulo César Ferreira de Araújo.  
**RELATOR:** Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro.

Prestação de Contas. Prefeitura Municipal. Aplicação de multa.  
Notificação do interessado.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **em destaque**, pela aplicação de multa ao Senhor Paulo César Ferreira de Araújo, no valor de R\$ 1.428,00 (Hum mil, quatrocentos e vinte e oito reais), nos termos insertos no Art. 89, incisos I e II, da LCE nº 38/93, c/c o Art. 139, incisos I e II, do RI-TCE/AC (Resolução nº 30/96), a ser recolhida em favor da Fazenda Pública Estadual no prazo de 30 (trinta) dias, devendo ser corrigida monetariamente após decorrido o prazo assinalado. Após as anotações de estilo, **notifique-se** o interessado para desta decisão tomar conhecimento. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros José Augusto Araújo de Faria e Francisco Diógenes de Araújo. ....

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco – Acre, 11 de Dezembro de 2003.

  
Conselheiro **ANTÔNIO JORGE MALHEIRO**  
Presidente do TCE/ACRE.

  
Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**  
Relator

Fui presente:   
**ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA**  
Procuradora-Chefe do M.P.E/TCE/AC.

# ACORDÃO

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Este documento foi Publicado no Diário Oficial do  
Estado do Acre nº 8.723 de 06/02/2004, às  
fl. (s) nº 04

**EUCLIDES CAVALCANTE DE ARAÚJO BASTOS**  
Secretário das Contas em Exercício

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO ACRE

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO ACRE

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO ACRE

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO ACRE



*Tribunal de Contas do Estado do Acre*

PROCESSO : 13.789.2001-69 c/ 02 anexos  
ASSUNTO : Prestação de Contas da Prefeitura Municipal  
de Acrelândia-AC, exercício de 2000  
RESPONSÁVEL : Senhor Paulo César Ferreira de Araújo.  
RELATOR : Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro.

## RELATÓRIO

Trata o presente processo da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Acrelândia, exercício de 2000, encaminhada tempestivamente a esta Corte de Contas, de responsabilidade do Senhor **Paulo César Ferreira de Araújo**, Prefeito à época.

Ditas contas vieram desacompanhada da parte relativa ao Poder Legislativo Municipal, o que não inviabiliza a análise, face o entendimento da Corte, de que as contas da prefeitura deve ser esta objeto de Parecer Prévio e as contas da Câmara, objeto de julgamento.

Após o registro e autuação, o processo foi devidamente instruído pela 2ª IGCE, que produziu o Relatório Técnico de **fls. 316/338**, seguido do Parecer da Auditoria a cargo da ilustre Auditora, **Dra. Maria de Jesus Carvalho de Souza (fls. 347/350)** dando conta de todo o apurado.

- 1- O orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA, nº 158/1999, que estimou e fixou as receitas e despesas em igual valor, atingiu no final do exercício o montante de **R\$-4.496.000,00** (Quatro milhões, quatrocentos e noventa e seis mil reais) sendo que a receita efetivamente arrecada, ficou evidenciada em apenas **R\$-2.675.322,45** (Dois milhões,



*Tribunal de Contas do Estado do Acre*

seiscentos e setenta e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos), para uma despesa executada de **R\$-2.726.865,32** (Dois milhões, setecentos e vinte e seis mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos), evidenciando-se um resultado deficitário no valor de **R\$-51.542,87** (cinquenta e um mil, quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e sete centavos), com isso, contrariando a regra contida no art. 28, alínea "b", da Lei 4.320/64 e art. 9º "caput" da LC nº 101/2000.

- 2- Pela análise preliminar ficou evidenciado o cumprimento das disposições constitucionais pertinentes à **manutenção e desenvolvimento do ensino** (art. 212, da CF e 197, da CE), vez que o município aplicou o equivalente a **25,56%**, das receitas provenientes de impostos e transferências. No entanto, não veio acompanhado da documentação comprobatória de tais despesas.
- 3- Com relação aos recursos do **FUNDEF**, ficou evidenciado que o Município cumpriu a norma constitucional inserta no **art. 60, do ADCT-CF**, e o **art. 7º da Lei Federal nº 9.424/96**, quando aplicou **61%**, na remuneração com os **Profissionais do Magistério**, e **39%** dos recursos foram gastos com outras despesas. Contudo, essas despesas não foram comprovadas pelo gestor,
- 4- Os Gastos com pessoal, ficou aferido em **51,26%**, percentual abaixo do limite máximo permitido pela **LCF nº 101/2000**, que é de **54%**.



*Tribunal de Contas do Estado do Acre*

**5-** Quanto aos gastos nas **Ações e Serviços Públicos de Saúde**, previsto no **§ 1º do art. 77, do ADCT, da CF/88**, não foi possível aferir, tendo em vista não constar nos autos o Demonstrativo correspondente, instrumento necessário para se verificar o cumprimento deste dispositivo constitucional.

**6-** De resto, ficou constatado pela análise da Auditoria, a ocorrência de restos a pagar sem as devida disponibilidade financeira, além da incorreção do Balanço Patrimonial, uma vez não constar no passivo financeiro o correspondente à dívida do Município junto ao INSS.

Diante de todo o apurado, opina a ilustre Auditora, pela emissão de Parecer Prévio considerando irregulares as contas, além da aplicação de multa.

Vale ressaltar, que as contas da Prefeitura de Acrelândia, **exercício de 1999**, analisadas no **Processo nº 13.465.2000-52**, foram rejeitas por esta Corte de Contas, face conter as mesmas ilegalidades, com isso, vem demonstrar a má administração conduzida pelo Senhor **Paulo César Ferreira de Araújo**, durante o tempo que administrou o aludido município.

Instado para defesa a respeito das falhas e ilegalidades apontadas, o gestor apresentou em seu favor, as justificativas de **fls. 356/358**, dando conta tão-somente que já havia apresentado os comprovantes da aplicação dos gastos com o ensino, dando formação aos volumes I e II.

Entretanto, a documentação trazida aos autos (**notas de empenhos**), no dizer da Ilustre Auditora, da qual concordamos, não oferecem consistência, pois não vieram assinadas em sua maioria pelo gestor, que após analisadas,



*Tribunal de Contas do Estado do Acre*

divergem dos valores apresentados nos Demonstrativos correspondentes.

No mais, a defesa limitou-se a divagações, em dizer que as falhas e ilegalidades aconteceram por não conhecer a legislação pertinente, razão de haver infringido a dispositivos legais.

Remetido os autos ao MPE, este se manifestou por seu ilustre Procurador, Dr. **Mário Sérgio Neri de Oliveira**, às **fls. 362**.

É o Relatório.

Rio Branco-Acre, em 27 de novembro de 2003.

  
**Cons. Valmir Gomes Ribeiro**  
**Relator**



*Tribunal de Contas do Estado do Acre*

PROCESSO	: 13.789.2001-69 c/ 02 anexos
ASSUNTO	: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Acrelândia-AC, exercício de 2000
RESPONSÁVEL	: Senhor Paulo César Ferreira de Araújo.
RELATOR	: Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro.

### CONCLUSÃO E VOTO

Visto, analisado e discutido o presente processo, e ainda consubstanciado no Relatório Técnico e Parecer da Auditoria de fls. **316/338** e **347/350**, respectivamente e Parecer do MPE, às fls. **362**, considerando que embora instado para defesa, o gestor atendeu o chamamento, mas, suas razões expendidas não foram possível de ilidir as falhas e irregularidades apontadas pela análise, permanecendo inalteradas, e em tudo mais que dos autos constam, concluo votando, pela emissão de **Parecer Prévio**, considerando **IRREGULARES** as Contas apresentadas pela Prefeitura Municipal de Acrelândia, exercício de 2000, de responsabilidade do **Senhor Paulo César Ferreira de Araújo**, nos termos do **art. 51, inciso III, alínea "b" da LCE nº 38/93**, face o descumprimento da norma constitucional inserta no **§ 1º do art. 77, do ADCT, da CF/88**, por não haver comprovado os gastos nas **Ações e Serviços Públicos de Saúde**, e ainda pela ocorrência de restos a pagar sem a devida disponibilidade financeira.

Em destaque, pela aplicação de multa ao Senhor **Paulo César Ferreira de Araújo**, no valor de



*Tribunal de Contas do Estado do Acre*

**R\$- 1.428,00** ( Hum mil, quatrocentos e vinte e oito reais), nos termos inserto no **art. 89, incs. I e II da LCE nº 38/93, c/c o art. 139, incs. I e II , do RI-TCE/AC** (Resolução nº 30/96), a ser recolhida em favor da Fazenda Pública Estadual, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo ser corrigida monetariamente após decorrido o prazo assinalado.

Após as anotações de estilo, pelo encaminhamento dos autos, a Augusta Câmara Municipal de Acrelândia, antes porém, notifique-se o interessado, para desta decisão tomar conhecimento.

É como voto, Senhor Presidente, e Senhores Conselheiros.

Rio Branco-Acre, em 11 de dezembro de 2003.

  
**Cons. Valmir Gomes Ribeiro**  
**Relator**